

Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores

Denise Paiva

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Goiás

Gabriela da Silva Tarouco

Departamento de Ciências Políticas
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo pretende contribuir para o debate sobre o papel dos partidos na escolha eleitoral no Brasil e tem como objetivo central verificar como a preferência partidária, operacionalizada em termos de uma escala de apreço pelos partidos individualmente, se relaciona com variáveis socioeconômicas e com a decisão do voto. Os resultados indicam que a renda familiar não explica as preferências dos eleitores pelos partidos, que, por sua vez, também não explicam o voto para deputado federal, sugerindo uma confirmação das hipóteses presentes na literatura a respeito do declínio da identificação partidária e da fraqueza dos laços sociais dos partidos com o eleitorado.

Palavras-chave: identificação partidária, preferência partidária, voto, CSES-ESEB2010

Abstract: This article aims to contribute to the debate on the role of parties on the electoral choice in Brazil and intends to verify how party preference - which is measured through a scale of levels of preference - relates to socio-economic variables and with the decision of vote. The results indicate that the income does not explain the preferences of voters regarding parties, which in turn, also does not explain the vote for federal deputy. This seems to suggest that the literature regarding the decline of partisan identification and the weakness of the social links among parties and voters is correct.

Keywords: party identification, party preference, vote, CSES-ESEB2010

Um dos desafios para a Ciência Política, que remonta aos primórdios do processo de institucionalização da disciplina, tem sido explicar as escolhas do eleitorado. Um conjunto de explicações e correntes teóricas - Modelo Michigan, Modelo Sociológico e Teoria da escolha Racional- têm se dedicado a identificar os mecanismos explicativos centrais na decisão eleitoral e quais as principais motivações que resultam na opção por um determinado partido ou candidato, ou mesmo, se essas são condicionadas socialmente ou explicáveis em termos de inclinações e escolhas individuais (LAZARFELD, 1948; CONVERSE, 1964; CAMPBELL, 1964; DOWNS, 1957; KEY, 1966). Assim, permanece na agenda de pesquisa a questão da formação das preferências partidárias dos eleitores e seus determinantes.

Esse tema se reveste de especial relevância no Brasil contemporâneo em que, após a transição democrática e, em quase três décadas de competição eleitoral, persiste um sistema partidário fragmentado e pouco marcado por clivagens ideológicas e programáticas entre os partidos. Esse cenário certamente contribui para tornar difícil a formação de vínculos partidários minimamente estáveis entre os partidos e o eleitorado, conforme alguns estudos têm demonstrado.

O eleitor dispõe de uma oferta partidária bastante diversificada¹. Além disso, tanto o eleitorado como os partidos já adquiriram um grau considerável de experiência em consecutivas e diferentes eleições limpas, livres e competitivas (PAIVA FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008). A agenda de pesquisa relacionada ao tema é bastante diversificada, e a seguir faremos um breve mapeamento da mesma².

Do ponto de vista da produção acadêmica o fenômeno partidário tem sido analisado sob diversos ângulos, contemplando, por exemplo, estudos acerca das tendências, padrões e dinâmica da competição interpartidária. Um conjunto de pesquisas têm se dedicado ao impacto da legislação eleitoral e do sistema eleitoral sobre a competição político partidária e a formação de maiorias ou coalizões governantes. Já outras análises têm privilegiado a arena governamental e o legislativo para examinar os partidos e o sistema partidário brasileiros (KINZO e BRAGA, 2007; BRAGA, 2006, BOHN e PAIVA, 2007; PAIVA e CARREIRÃO e KINZO,

¹ De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualmente existem vinte e sete partidos registrados no país. Essas informações estão disponíveis no endereço eletrônico do TSE: www.tse.gov.br.

² Um levantamento da produção acadêmica sobre os partidos e o sistema partidário brasileiro pode ser encontrada em Lima Jr, 1999; Nicolau, 2010.

2004; NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1989; 1998; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995, 1999; LIMA JR, 1997; MAINWARING, 1999; KINZO, 1993; LAMOUNIER E MENEGUELLO, 1986).

A partir dos anos noventa grande parte das pesquisas tem apontado para a consolidação do quadro partidário brasileiro. A polêmica em torno da fragilidade sistêmica dos partidos e seus impactos na dinâmica governamental parece superada. O fato a ser destacado é que essa última foi substituída por análises que têm se dedicado a esquadrihar, de forma mais sistemática e a partir de pesquisas com bases empíricas mais abrangentes, a atuação dos partidos políticos e do sistema partidário nas arenas governamental e eleitoral (MENEGUELLO, 1998, FIGUEIREDO E LIMONGI, 1995, 1999, 2002, AMORIM NETO, 2000, 2007).

Temos ainda uma considerável produção que analisa os partidos do ponto de vista organizacional, há uma vasta literatura, estudos monográficos, dissertações e teses, dedicados a examinar o funcionamento, organização, dinâmica interna, perfil programático e ideologia de partidos específicos. Tais estudos têm o mérito próprio das perspectivas verticais e dos estudos de caso, qual seja permitir uma abordagem mais fiel e um conhecimento mais aprofundado e sinóptico do objeto de estudo (MENEGUELLO, 1989; FERREIRA, 1991; BRANDÃO, 1995; COUTO, 1998; MELHEM, 1998; NADER, 1998; TAROUÇO, 1999; ROMA, 1999; MIRANDA, 2002; ALMEIDA, 2004; LEAL, 2005; RIBEIRO, 2008).

Nos anos mais recentes, um conjunto de pesquisas vem se dedicando a analisar as razões do distanciamento e uma certa descrença do eleitorado em relação aos partidos políticos no Brasil. Outra questão analisada refere-se a verificar em que medida os partidos políticos são elementos estruturantes da decisão eleitoral (BALBACHEVSKY, 1992; SILVEIRA, 1998; SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2002, CARREIRÃO E KINZO, 2004. KINZO, 2005; PAIVA et al, 2007; PIMENTEL, 2007; CARREIRÃO, 2008; BAQUERO, 2011). Tais estudos podem ser divididos, entre aqueles que verificam uma baixa relação entre a preferência partidária e a decisão eleitoral (PAIVA FERREIRA et al, 2008) e outros que acabam por relativizar essa situação ao afirmar que, ainda que de maneira não muito robusta, os partidos estruturam o voto (SINGER, 1998, KINZO, 2004). Em sua grande maioria, a produção intelectual que trata do tema resulta de estudos de *survey* que buscam apreender, de maneira sistemática, a percepção e avaliação do eleitorado sobre os partidos políticos e demais instituições políticas.

Este artigo pretende contribuir para o debate e tem como objetivo central verificar em que medida variáveis socioeconômicas (no caso, a renda familiar) nos

ajudam a compreender as preferências ou o alheamento dos eleitores em relação aos partidos políticos no Brasil. Os dados empíricos que sustentam a análise são do ESEB 2010.

A primeira parte descreve as variações na preferência partidária e discute os padrões observados em cada um dos oito partidos a respeito dos quais a questão sobre preferência foi formulada³. Além disso, a preferência partidária é testada como variável explicativa para a decisão do voto. Propomos também uma abordagem alternativa de operacionalização da preferência partidária, como medida do apreço afirmado simultaneamente a respeito de vários partidos, inclusive adversários, e identificamos potenciais problemas da utilização da abordagem proposta. Na segunda parte, tratamos a preferência partidária como variável dependente, tentando explicá-la através de variáveis socioeconômicas, especialmente a faixa de renda familiar. Na última parte, discutimos os resultados das análises e arriscamos algumas conclusões sobre o papel dos partidos na arena eleitoral.

A formação da preferência partidária no Brasil

A preferência partidária dos eleitores tem sido estudada no Brasil geralmente com o recurso a medidas comparadas entre os partidos, isto é, são deduzidas da ordenação dos partidos em níveis de preferência, uns em relação aos outros (KINZO, 2005, PAIVA et AL 2007). Assim, os partidos de uma lista são ordenados de acordo com a frequência em que cada um é mencionado como preferido em primeiro lugar.

Neste trabalho, mobilizamos uma variável semelhante, construída a partir das respostas à pergunta: “Qual partido o Sr(a) gosta?” Menos da metade dos entrevistados do ESEB responderam a esta questão, que era apresentada apenas àqueles que antes haviam respondido afirmativamente à questão: “Existe algum partido que o(a) Sr(a) goste?”. A Tabela 1 apresenta a distribuição das respostas:

³ PT, PMDB, PDT, PTB, PSDB, PV, DEM e PSOL.

Tabela 1
“Qual Sr/a partido gosta?”

Partido	%
PMDB	10,9
PTB	0,2
PDT	0,9
PT	58,0
DEM	1,6
PC do B	0,3
PSB	1,0
PSDB	16,3
PSC	0,2
PRP	0,1
PPS	0,2
PV	7,3
PP	0,4
PSTU	0,1
PCB	0,3
PRB	0,1
PSOL	0,6
PR	0,3
PDS	0,1
Não lembra	0,7
Não sabe o nome do partido	0,1
Total (N = 953)	100,0

Fonte: CSES-ESEB 2010

A baixa proporção daqueles que responderem positivamente, isto é, gostam de algum partido (47,6%), já indica que esta variável deve ser tratada com ressalvas. Ademais, é oportuno acrescentar que esses dados são congruentes com

as ondas anteriores do ESEB (2002 e 2006) nas quais também foi significativo o percentual de entrevistados que respondeu não gostar de qualquer dos partidos políticos (PAIVA et al, 2007). Portanto, os dados apontam para um quadro de estabilidade, em percentuais baixos, no que concerne à preferência partidária dos entrevistados.

A Tabela 1 mostra que PT, PSDB e PMDB, nesta ordem, concentram quase a totalidade das preferências. É interessante observar que os partidos que lideram a predileção são aqueles que, nos últimos anos, vêm liderando a disputa pelas eleições presidenciais - PT e PSDB – com grande vantagem para o primeiro. Em seguida está o PMDB, partido que teve um papel de destaque na transição política e, desde então vem elegendo bancadas expressivas no Congresso Nacional e se destacando nas demais outras esferas da competição eleitoral, à semelhança dos dois primeiros colocados. Todavia, chama atenção o percentual bastante significativo daqueles que declaram não gostar de qualquer partido: 52,4%.

A preferência partidária manifestada pelos eleitores costuma ser pesquisada para avaliar a importância dos partidos, seu enraizamento na sociedade e, especialmente, sua capacidade de estruturar o voto. Para verificar se a preferência partidária afeta a decisão do eleitor, decidimos confrontá-la com a informação sobre o voto para deputado federal. Uma das possibilidades que o ESEB oferece para proceder a este teste refere-se à pergunta a respeito do voto para deputado federal em 2010⁴. A Tabela 2 mostra a distribuição das respostas:

⁴ O questionário perguntava em quem o entrevistado havia votado para deputado federal em 2010. Exceto por cinco votos de legenda (PT, PV, PMDB, PSDB e PCB), todas as respostas indicaram um nome de candidato, cujo partido foi identificado posteriormente pela equipe do ESEB. Assim, a análise das respostas sobre a votação para cargos proporcionais não incorre no viés majoritário, que poderia superestimar a relação dos eleitores com os partidos.

Tabela 2
Voto para Deputado Federal em 2010, segundo o partido

Partido	%
PMDB	6,0
PTB	2,2
PDT	1,4
PT	4,8
DEM	4,1
PC do B	1,3
PSB	3,1
PSDB	3,7
PTC	0,3
PSC	0,9
PMN	0,4
PRP	0,3
PPS	1,9
PV	1,0
PT do B	0,4
PP	2,4
PCB	0,1
PRTB	0,2
PHS	0,2
PSDC	0,1
PSL	0,1
PRB	0,4
PSOL	0,3
PR	3,7
Nulo	7,3
Branco	7,0

Erro (outro cargo) ⁵	5,6
Não registrado no TSE ⁶	6,5
Não sabe/não lembra	33,7
Não respondeu	0,9
Total	100,0
(N = 1862)	

Fonte: CSES-ESEB 2010

Um percentual significativo dos entrevistados (aproximadamente 34%) não se lembravam ou não souberam informar em quem havia votado para a Câmara de Deputados. Além disso, muitas respostas foram inconsistentes, pois se referiam a nomes de pessoas que não haviam se candidatado ou que haviam postulado outros cargos. Some-se a isso a alta proporção de votos em branco e nulos e teremos reunidas todas as dúvidas sobre os critérios mobilizados pelos eleitores para escolher seus candidatos a deputado federal. Mas, de todo modo, os dados parecem indicar que a filiação partidária não foi uma das normas para a decisão do eleitor. O cruzamento da preferência partidária com o partido do candidato em quem o eleitor votou é apresentado na Tabela 3:

⁵ Em alguns casos, o nome respondido não era de um candidato a deputado federal, mas de um candidato a outro cargo na mesma eleição (deputado estadual ou senador).

⁶ Em alguns casos, o nome respondido não era de nenhum candidato registrado no TSE.

Tabela 3
Partido do voto para deputado federal em 2010, segundo a preferência partidária

Partido do candidato a deputado federal	"Qual partido gosta?"																				
	PMDB	PTB	PDT	PT	DEM	PC do B	PSB	PSDB	PSC	PRP	PPS	PV	PP	PSTU	PCB	PRB	PSOL	PR	Não lembra	Não sabe o nome	
PMDB	17,9	0,0	0,0	5,0	13,3	0,0	10,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0
PTB	1,1	0,0	12,5	3,3	0,0	0,0	10,0	3,4	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PDT	3,2	0,0	12,5	1,6	6,7	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0
PT	3,2	0,0	12,5	8,9	0,0	0,0	20,0	2,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DEM	5,3	50,0	0,0	3,3	20,0	0,0	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	1,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0
PC do B	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	33,3	10,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSB	1,1	0,0	0,0	2,5	20,0	0,0	0,0	2,7	0,0	0,0	50,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSDB	4,2	0,0	12,5	4,1	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PTC	1,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSC	1,1	0,0	0,0	0,8	6,7	0,0	0,0	0,7	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PMN	1,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRP	2,1	0,0	0,0	0,2	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PPS	3,2	0,0	12,5	1,7	6,7	0,0	20,0	4,1	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PV	2,1	0,0	0,0	0,6	0,0	33,3	10,0	1,4	0,0	0,0	0,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PT do B	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PP	2,1	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	10,0	4,1	0,0	0,0	0,0	1,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PCB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PAIVA, D.; TAROUCO, S. T. *Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros...*

PHS	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSDC	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSL	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRB	2,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSOL	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PR	4,2	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	100,0	0,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nulo	2,1	0,0	0,0	3,5	6,7	33,3	0,0	9,5	0,0	0,0	0,0	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0
Branco	4,2	0,0	0,0	6,0	6,7	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Erro (outro cargo)	4,2	0,0	0,0	6,2	0,0	0,0	10,0	5,4	50,0	0,0	0,0	10,8	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	16,7	100,0
Não registrado	4,2	0,0	37,5	7,6	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	33,3	0,0
Não sabe/não lembra	30,5	50,0	0,0	34,4	6,7	0,0	0,0	29,3	0,0	0,0	0,0	35,4	50,0	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	16,7	0,0
Não respondeu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0
N Total (100%)	95	2	8	515	15	3	10	147	2	1	2	65	4	1	3	1	6	3	6	1

Fonte: CSES-ESEB 2010

A Tabela 3 indica que a lembrança do voto é uma dificuldade para eleitores, independentemente de seu gosto partidário. Os testes de associação entre as duas variáveis confirmam o que o exame visual da tabela sugere: o partido a que pertence o candidato em quem o eleitor votou não é necessariamente o partido mencionado como aquele de que o eleitor “gosta”. Dentre os entrevistados que manifestaram apreço pelo PMDB, por exemplo, menos de 18% afirmaram ter votado em candidatos da legenda. Entre os que preferem PT, PSDB e PV (os outros partidos mais mencionados), a porcentagem de votos nos seus candidatos não ultrapassou 8,9%, 6,1% e 6,2%, respectivamente. O Quadro 1 apresenta os resultados dos testes de associação:

Quadro 1
Resultados de testes de associação entre perguntas sobre identificação partidária

Teste	Valor	Significância
Pearson Chi-Square	1218,56 (df=532)	0,001 ⁷
Lambda	0,028	0,001
Cramer's V	0,268	0,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

Os resultados apontam para uma situação paradoxal, no que concerne aos partidos políticos brasileiros. Explicando melhor, um conjunto de pesquisas têm registrado a centralidade dos partidos na arena legislativa facultada por um conjunto de incentivos institucionais que resultam em considerável grau de disciplina partidária, conferindo previsibilidade às votações e consistência no comportamento do plenário (Figueiredo e Limongi, 1995, 1999,2002). Os resultados desses estudos permitem afirmar que a fragilidade dos partidos não se manifesta na Câmara de Deputados.

Pereira e Muller (2003), ao analisar essa questão, afirmam que, se por um lado, os partidos são tão importantes na arena legislativa brasileira, os parlamentares também se defrontam com um conjunto de incentivos institucionais para um comportamento individual e descentralizado, proporcionado pelas regras eleitorais e pela fragmentação do sistema partidário. Diante desse quadro, os

⁷ O Teste de Qui-quadrado fica comprometido pela quantidade (94,1%) de células com menos de 5 casos.

autores acabam por concluir que se os partidos brasileiros são fortes na arena legislativa o mesmo não se pode afirmar em relação à arena eleitoral.

Desse modo, temos duas forças distintas que contribuem para debilidade dos partidos na arena eleitoral: a primeira delas é o comportamento pessoal dos parlamentares na arena eleitoral, principalmente por meio de políticas locais do tipo *pork barrel*, conforme apontam Pereira e Muller (2003). A segunda força é a baixa capacidade dos partidos em criar laços com o eleitorado. Os dados até aqui analisados permitem afirmar que os eleitores parecem não considerar a filiação partidária dos candidatos ao definir seu voto. Em que medida essa situação pode ser explicada pelo sistema eleitoral e pela fragmentação do sistema partidário, foge ao escopo desse trabalho, mas permanece como uma questão a ser respondida em outros estudos.

Ainda assim, é razoável questionar a percepção que os eleitores têm dos partidos e a avaliação que fazem de cada um deles. Mesmo não mobilizando a opinião a respeito dos partidos na escolha do candidato, os eleitores podem tê-la formado, e talvez sob influência de uma série de variáveis, inclusive socioeconômicas.

Neste trabalho, pressupomos que os eleitores podem ter preferências paralelas e manifestar graus de apreço ou despreço por vários partidos simultaneamente, ou seja, gostar (muito ou pouco) de um partido não exclui emitir o mesmo tipo de julgamento a respeito dos demais. Esta opção metodológica se assenta na idéia de que não é razoável esperar dos eleitores nem racionalidade perfeita, nem informação completa que lhes permitisse compreender *trade-offs* e incompatibilidades às vezes tidas como triviais aos analistas. Por exemplo, o mesmo eleitor pode manifestar a mesma simpatia por dois partidos adversários, ou ideologicamente opostos, simplesmente por não lhe parecer que isso constitua qualquer incoerência.

Esta abordagem da preferência partidária é permitida pela inclusão, no ESEB, de questões em que os entrevistados eram solicitados a definir o quanto gostavam de cada partido. Assim, a preferência partidária será aqui operacionalizada pelas respostas à questão: “*Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o Sr.(a) gosta do partido...*”, repetida para cada um dos oito partidos. A Tabela 4 resume os resultados.

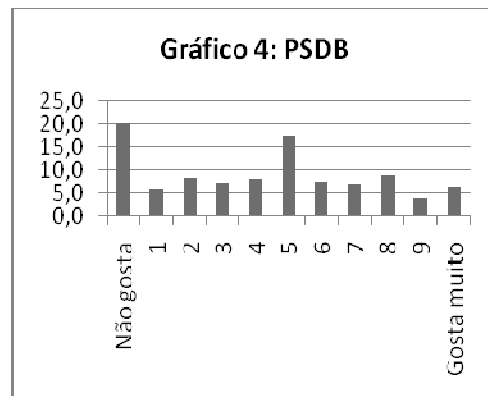
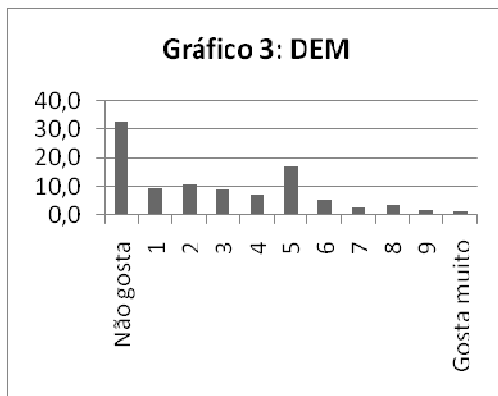
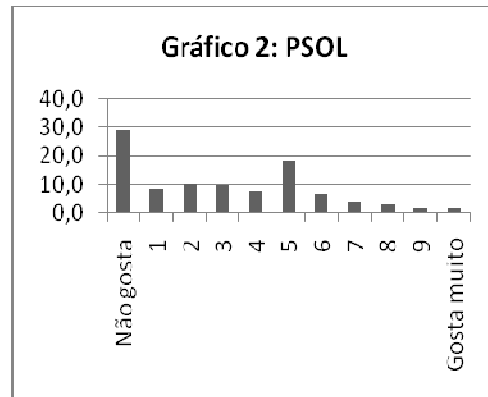
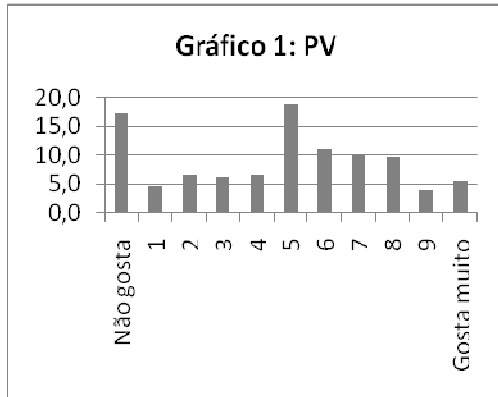
Tabela 4
Distribuição das respostas à pergunta: “quanto o sr. gosta do partido x?” (%)

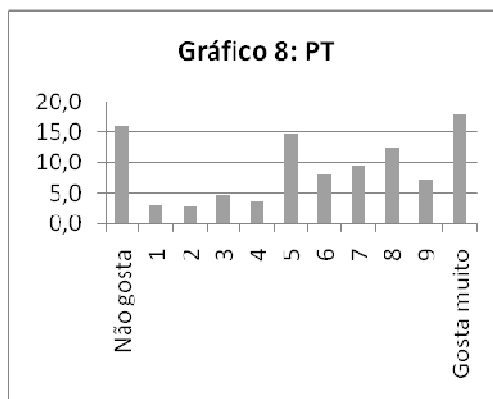
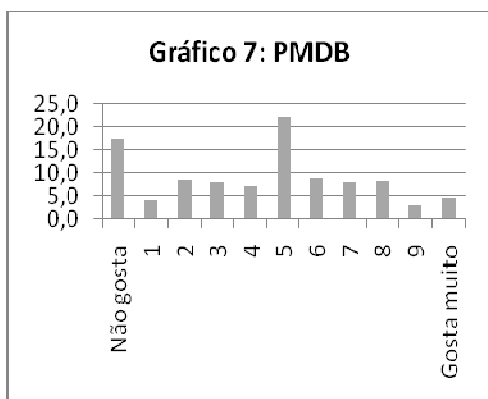
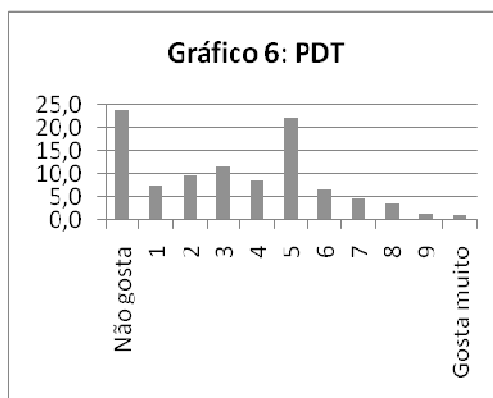
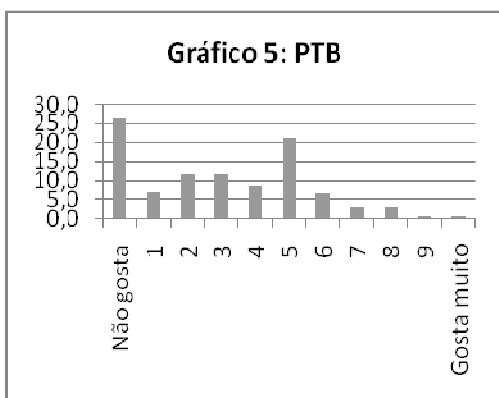
Escala de Gosto Partidário	PSOL	DEM	PV	PSDB	PTB	PDT	PMDB	PT
Não gosta	21,2	22,8	14,6	18,2	19,6	18,1	15,7	15,4
1	6,3	6,4	4,0	5,3	5,1	5,6	3,8	3,0
2	7,6	7,6	5,7	7,5	8,6	7,3	7,8	2,8
3	7,1	6,1	5,3	6,4	8,7	8,9	7,3	4,5
4	5,4	4,9	5,6	7,1	6,4	6,5	6,4	3,5
5	13,5	11,9	16,1	15,6	15,8	16,9	20,0	14,1
6	4,9	3,7	9,4	6,7	4,9	5,1	8,1	7,7
7	2,8	1,9	8,5	6,3	2,3	3,6	7,2	9,1
8	2,2	2,5	8,2	7,8	2,1	2,7	7,6	12,0
9	1,3	1,1	3,5	3,5	0,4	1,0	2,8	6,8
Gosta muito	1,1	1,0	4,8	5,8	0,5	0,8	4,3	17,1
Não conhece	18,9	22,2	8,3	4,8	17,4	16,1	3,9	1,0
NS	6,7	6,7	5,4	4,3	7,3	6,5	4,5	2,2
NR	1,4	1,4	1,1	1,1	1,3	1,3	1,0	1,1
Total (N=2000)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CSES-ESEB 2010

O partido pelo qual mais respondentes indicaram o maior grau de apreço foi o PT (17%). No entanto é importante notar que o percentual daqueles que declaram não gostar do partido é bastante similar (15,4%). Situação semelhante foi verificada no ESEB 2006. É interessante notar que a maioria dos partidos alcança percentuais mais altos no quesito “não gosta”. As exceções ficam por conta do PT (já mencionado) e DEM, que alcança praticamente o mesmo percentual de “não gosta” e “não conhece”. É provável que essa resposta possa ser explicada pela mudança da legenda no período recente. Um dado que merece destaque é que todos os partidos alcançam percentual acima de 10% na metade da escala, o que possivelmente reflete algum desconhecimento, indecisão, ou mesmo indiferença por parte do entrevistado. A partir do centro, os percentuais declinam, com exceção do PT e de uma ligeira alteração para o PSDB e PMDB cuja distribuição é

razoavelmente uniforme. Todavia, esse quadro geral apenas referencia o diagnóstico de indiferença, desconfiança e ausência de enraizamento dos partidos no eleitorado. Os gráficos a seguir ilustram a distribuição das respostas relativas a cada partido.





As possibilidades aventadas acima podem ser verificadas com um teste de correlação entre as variáveis ordinais de preferência dos partidos, como mostra a Tabela 5:

Tabela 5
Correlação de Spearman entre as variáveis ordinais de “gosto” pelos partidos

	PT	PDT	PMDB	PTB	PSDB	PV	DEM	PSOL
PT	1,000							
PDT	0,314 (0,000)	1,000						
PMDB	0,339 (0,000)	0,571 (0,000)	1,000					
PTB	0,275 (0,000)	0,783 (0,000)	0,533 (0,000)	1,000				
PSDB	0,051 (0,022)	0,504 (0,000)	0,469 (0,000)	0,533 (0,000)	1,000			
PV	0,247 (0,000)	0,527 (0,000)	0,442 (0,000)	0,551 (0,000)	0,485 (0,000)	1,000		
DEM	0,215 (0,000)	0,593 (0,000)	0,480 (0,000)	0,642 (0,000)	0,530 (0,000)	0,555 (0,000)	1,000	
PSOL	0,247 (0,000)	0,594 (0,000)	0,458 (0,000)	0,628 (0,000)	0,469 (0,000)	0,567 (0,000)	0,718 (0,000)	1,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

É possível observar que, apesar da significância estatística, em quase todos os cruzamentos a correlação não é alta, o que seria de se esperar caso as preferências afirmadas fossem indistintas, ou contaminadas por uma visão genérica dos partidos⁸. Ou seja, gostar mais de um ou outro partido não é gostar muito de partidos em geral, assim como não gostar de um partido não é parte de uma

⁸ O coeficiente de correlação de Spearman varia -1 a +1. O valor zero indica que duas variáveis não têm qualquer relação entre si. Os valores -1 e +1 indicam a situação em que duas variáveis fossem perfeitamente correlacionadas. O sinal positivo indica relação direta, ou seja, o aumento nos valores de uma variável acompanha o aumento na outra; o sinal negativo indica relação inversa, ou seja, os valores de uma variável aumentam à medida que os da outra diminuem. A literatura costuma considerar moderados valores de 0.4 a 0.7, e fortes as correlações acima de 0.7. Na Tabela 5, apenas duas correlações podem ser consideradas fortes: DEM/PSOL (0,718) e PDT/PTB (0,783), sendo todas as demais, moderadas, segundo esse critério. Agradecemos a Rachel Meneguello a sugestão de incluir esta nota explicativa.

rejeição aos partidos em geral. Assim, podemos considerar as preferências ordinais simultâneas como resultantes de avaliações independentes, por parte dos entrevistados.

Na matriz de correlação chama a atenção que o grau de preferência pelo PDT acompanha o da preferência pelo PTB, assim como ocorre com os pares DEM/PTB, PSOL/PTB e PSOL/DEM. Ou seja, quanto maior o grau de apreço pelo PDT, maior também o apreço pelo PTB e entrevistados que gostam mais do PTB também gostam mais do DEM. Estas duas primeiras correlações sugerem alguma coerência, seja histórica, seja ideológica, enquanto as duas últimas contrariam a expectativa de um *trade-off* ideológico. O grau de apreço dos entrevistados pelo PSOL varia significativamente no mesmo sentido que o apreço pelo PTB e pelo DEM, o que pode ser surpreendente, dada a usual classificação do PSOL à esquerda e do PTB e DEM à direita do espectro ideológico.

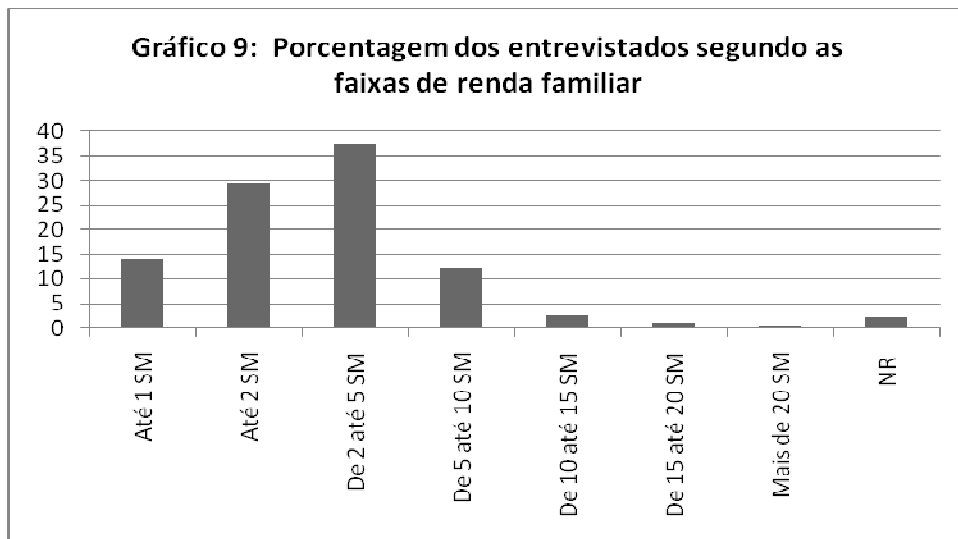
Outra hipótese para explicar os padrões dos Gráficos 1 a 8 poderia ser a identificação dos partidos com seus candidatos na campanha para a presidência da república, associada à hipótese de que a preferência partidária esteja relacionada com a fruição de benefícios sociais pelos setores carentes da sociedade, (NICOLAU e PEIXOTO, 2007; HUNTER e POWER, 2007). Esta hipótese será testada na próxima seção.

Fatores socioeconômicos da preferência partidária

A relação entre identidades partidárias e clivagens socioeconômicas é uma das perspectivas clássicas dos estudos sobre partidos políticos (LIPSET e ROKKAN, 1967). Esta abordagem tem sido mobilizada para investigar desde a coerência entre programas e políticas públicas (HIBBS Jr., 1977; CASTLES, 1982; HIBBS JR., 1992; HICKS and SWANK, 1992; SCHMIDT, 1996) até comportamento parlamentar (LEONI 2002; RODRIGUES 2002). O argumento básico desta literatura consiste na expectativa de que partidos de esquerda estejam associados à defesa de políticas redistributivas, enquanto partidos de centro e de direita seriam mais afeitos a ajustes fiscais, menor intervenção do Estado na economia e demais esferas da vida social. Este pressuposto já foi amplamente questionado pela bibliografia que trata das transformações que os partidos vêm sofrendo e que têm resultado em um distanciamento em relação aos vínculos sociais (KIRCHHEIMER 1966; KATZ and MAIR 1994; DALTON and WATTENBERG 2000; SCHMITTER 2001). Ainda assim, é

nesta expectativa que se baseiam as hipóteses sobre efeitos das clivagens sociais sobre variáveis políticas.

Nesta seção, pretendemos, a partir das hipóteses da literatura mencionada, verificar se as condições socioeconômicas do eleitor afetam as suas preferências em relação aos partidos políticos. A variável selecionada para indicar nível socioeconômico é a faixa de renda familiar, cuja distribuição está ilustrada no Gráfico 9:



Fonte: CSES-ESEB 2010

A correlação entre renda e preferência partidária é negativa, como mostra a Tabela 6:

Tabela 6
Correlação de Spearman entre faixa de renda familiar e preferência partidária ordinal

Preferência partidária ordinal	Coefficiente de Correlação com a Faixa de Renda Familiar	Significância
GOSTA DO PARTIDO: PT	-0,176	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PMDB	-0,146	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PDT	-0,114	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PTB	-0,141	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PSDB	-0,090	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PV	-0,055	0,013
GOSTA DO PARTIDO: DEM	-0,141	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PSOL	-0,126	0,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

Apesar da significância estatística, a correlação é fraca em todos os cruzamentos. Apenas merece destaque o sinal: quanto maior a faixa de renda familiar, menos o eleitor gosta dos partidos, especialmente do PT. A Tabela 7 mostra, como exemplo, o cruzamento bivariado entre o grau de apreço ao PT e a faixa de renda familiar.

Tabela 7
Distribuição das respostas à pergunta: “o quanto o sr. gosta do PT?” de acordo com a faixa de renda familiar

Escala de “Gosto” pelo partido	FAIXAS DE RENDA FAMILIAR							
	Até 1 SM	Até 2 SM	De 2 até 5 SM	De 5 até 10 SM	De 10 até 15 SM	De 15 até 20 SM	Mais de 20 SM	NR
Não gosta	11,3	11,1	16,9	21,5	25,9	20,0	20,0	22,2
1	1,8	3,4	3,5	2,0	1,9	0,0	13,3	0,0
2	2,1	2,7	3,3	3,3	1,9	0,0	0,0	0,0
3	1,8	4,3	5,6	4,1	3,7	4,0	6,7	6,7
4	1,4	4,6	3,1	4,9	1,9	4,0	6,7	2,2
5	12,7	14,0	13,8	16,3	18,5	20,0	6,7	8,9
6	5,7	6,2	9,2	7,7	11,1	12,0	6,7	8,9
7	10,2	8,9	8,2	10,6	11,1	12,0	13,3	6,7
8	8,1	12,8	12,3	12,2	13,0	12,0	6,7	17,8
9	7,4	8,9	6,0	4,5	1,9	12,0	0,0	6,7
Gosta muito	27,9	18,5	15,3	11,4	9,3	4,0	13,3	11,1
Não conhece	2,1	1,2	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NR	1,8	1,2	0,7	0,8	0,0	0,0	6,7	4,4
NS	5,7	2,2	1,3	0,8	0,0	0,0	0,0	4,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	283	585	747	246	54	25	15	45

Fonte: CSES-ESEB 2010

Os dados acima evidenciam a relação entre grau de apreço pelo PT e faixa de renda. Entre os entrevistados da faixa de renda mais baixa (até 1 salário mínimo) a proporção de respostas “gosta muito” é de 28%. Na faixa de renda mais alta (mais de 20 salários mínimos, a maior proporção entre as respostas está no extremo oposto (“não gosto”).

A hipótese de que renda familiar mais baixa estaria relacionada com a preferência pelo PT se fundava no discurso do partido, nos programas de transferência de renda e na presumível identificação entre tais benefícios sociais e o partido do governo. O resultado obtido não exclui a possibilidade do efeito das variáveis socioeconômicas, especialmente o pertencimento aos grupos assistidos pelos programas sociais do governo federal, sobre o voto para o executivo federal. Entretanto, a preferência partidária, manifestada de forma ordinal e simultânea, não está relacionada à variável de renda, conforme demonstrado.

Considerações finais

A análise precedente permite dois tipos de considerações: sobre as preferências como variáveis dependentes das condições socioeconômicas e sobre a distribuição das preferências partidárias e seu potencial explicativo da decisão eleitoral.

No que se refere ao primeiro aspecto, os dados analisados mostram que as preferências dos eleitores pelos partidos não podem ser explicadas pelas condições socioeconômicas. A rigor, não se pode dizer que gostar mais ou gostar menos de um partido se relaciona a qualquer identificação de vínculo social. Quanto ao segundo aspecto, os resultados encontrados a respeito das preferências dos eleitores brasileiros com relação aos partidos parecem confirmar a tendência declinante da identificação partidária constatada por Kinzo (2005). Mesmo para aqueles que declaram “gostar” de algum partido, a escolha do candidato a deputado federal não acompanha a declaração de preferência partidária. Os partidos brasileiros não estruturam o voto.

Este resultado está de acordo com os incentivos gerados pelo sistema de lista aberta, que, conferindo ao eleitor a liberdade de escolher um nome individual em qualquer lista, permite a adoção de critérios personalizados (CAREY and SHUGART, 1995). A possibilidade formal do voto de legenda não parece ser suficiente para fazer desta uma opção frequente, nem para evitar que os partidos sejam pouco relevantes na tomada de decisão do eleitor.

O mau desempenho dos partidos como preditores do voto, entretanto, só diz respeito a um aspecto da sua atuação, na arena eleitoral. No que se refere ao legislativo e às relações com o executivo, a importância dos partidos políticos brasileiros já foi suficientemente demonstrada (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). O contraste entre os papéis exercidos nas diferentes arenas se deve aos diferentes

incentivos institucionais que regem o comportamento dos partidos na competição eleitoral e no Congresso (PEREIRA and MUELLER, 2003).

O que os dados do ESEB 2010 mostram é que os partidos não afetam o comportamento individual do eleitor. Mas, o que estes dados não explicam é a variação do desempenho eleitoral dos partidos entre os estados, por exemplo. Portanto, há ainda muito a entender sobre o papel dos partidos brasileiros na arena eleitoral. Os eleitores não mobilizam conhecimento sobre alternativas partidárias para suas decisões de voto, mas a distribuição total dos votos entre candidatos não é uniforme entre os partidos, nem aleatória. A variação do sucesso eleitoral dos partidos está certamente relacionada a variáveis partidárias relativas aos processos eleitorais, e sua explicação poderá inclusive alterar as conclusões a respeito da “fraqueza” dos partidos na arena eleitoral, mas ainda permanece como desafio da agenda de pesquisa,

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. C. “PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AMORIM NETO, O. Gabinetes Presidenciais, ciclos eleitorais no Brasil. *Dados*, vol. 43, nº3, 2000.

_____. Algumas consequências políticas de Lula; novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa. In: NICOLAU, J. M. e POWER, T. *Instituições Representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007

BALBACHEVSKY, E. “Identidade partidária e instituições políticas no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 26, 1992.

BAQUERO, M. e LINHARES, B. de F. “Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária de possíveis saídas”. *Revista Debates*, vol. 05, nº 1, 2011.

- BRAGA, M. S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- BRANDÃO, G. M. "O Partido Comunista como esquerda positiva". *Lua Nova*, 1995.
- BOHN, S. e Paiva, D. "A volatilidade eleitoral nos estados; sistema partidário e democracia no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*. nº 17, vol. 33, 2009.
- CAMPBELL, A. et al *The American Voter*. New York: Jonh Wiley, 1964.
- CAREY, J. M. and M. S. SHUGART. "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies* vol. 14, nº 4, p. 417-439, 1995
- CARREIRÃO, Y. de S. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, nº 2, p319-351, nov., 2008.
- _____. *A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras (de 1989 a 1998)*. São Paulo: Ed. FGV, 2002.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.
- CASTELS, F. G. *The Impact of parties: politics and policies in democratic capitalist states*. London; Beverly Hills, Calif.: Sage Publications, 1982.
- COUTO, C. PPB- *Partido Progressista Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.
- CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (org.). *Ideology and discontent*, 1964.
- DALTON, R. and WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000
- DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row Publishers, 1957.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. "Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, p. 175-200, 1995.
- _____. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora FGV /FAPESP, 1999.
- _____. "Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária". *Dados*, vol. 45, nº 2, 2002.
- HIBBS, Jr., D. A. "Political Parties and Macroeconomic Policy". *American Political Science Review*, vol. 71, p. 146-187, 1977.

_____. "Partisan theory after fifteen years". *European Journal of Political Economy*, vol. 8, p. 361-373, 1992.

HICKS, A. M. and SWANK, D. H. "Politics, Institutions and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82". *American Political Science Review*, vol. 86, nº 3, p. 658-74, 1992.

HUNTER, W. e POWER, T. Recompensando Lula: poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C. R. e SÁEZ, M. A. *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

KATZ, R. S. and MAIR, P. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1994.

KEY V. O. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1966*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

KINZO, M. D. G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KINZO, M. D. A. G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

KINZO, M. D. G. e BRAGA, M. S. S. *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas - FAPESP, 2007.

KIRCHEIMER, O. The transformation of the Western European Party Systems. Political Parties and political Development. In: LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (eds.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAZARFELD, P. et al. *The people's choice*. New York: Columbia University Press, 1948.

LEONI, E. "Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)". *Dados*, vol. 45, nº 3, p. 361-386, 2002.

LIMA Jr., O. B. Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, S. (org.) *O que Ler na Ciência Política Brasileira (1970-1995)*, São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999.

LIPSET S. M. and ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, S. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MELLEN, C. S. *Política de botina amarelas: o MDB/PMDB paulista de 1965-1988*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política/USP, 1998

MENEGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIRANDA, P. R. *A metamorfose pestista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2002.

NADER, A. B. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 1996.

_____. *Partidos e sistemas partidários 1985-2009*. In: MARTINS, C. B. E LESSA, R. (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS – Barcarolla - Discurso Editorial, 2010.

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. *As bases municipais da votação de Lula em 2006*. *Cadernos do Fórum Nacional*, Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=521&i=pt&cod=CF0006>>. Acesso em: 09 set. 2011.

PAIVA FERREIRA, D.; BRAGA, M. S. e PIMENTEL, J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 13, nº 2, p. 388-408, 2007.

PAIVA FERREIRA, D. "Oposição e transição democrática: A estratégia peemedebista". Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da UFRGS, 1991.

_____. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

PAIVA FERREIRA, D. BATISTA, C. M. & STABILE, M. "A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, nº 2, p. 432-453, 2008.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: A conexão eleitoral no Brasil". *Dado*, vol. 46, nº4, p.735-771, 2003.

PIMENTEL Jr, J. Disposições afetivas e laços partidários. In: KINZO, M. D. e BRAGA, M. S (orgs.). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Editora Humanitas/FAPESP, 2007.

POPKIN, S. L. *The reasoning voter*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2010.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, C. “A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998)”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHIMDT, M. G. “When parties matter: a review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy”. *European Journal for Philosophy of Religion*, vol. 30, nº 2, p. 155-83, 1996.

SCHMITTER P. Parties Are Not What They Once Were. In: DIAMOND, L. and. GUNTHER, L.R. *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.

TAROUÇO, G. “O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

Denise Paiva – denise.paiva@uol.com.br

Gabriela Tarouco – gabrielat@uol.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.